

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31/12/2014 e 31/12/2013

BALANÇO PATRIMONIAL

A T I V O

Descrição	31/12/2014	31/12/2013	Em Reais
Circulante	20.100.912,85	22.141.083,91	
Disponibilidades	481.658,78	933.104,95	
Disponibilidades	481.658,78	933.104,95	
Títulos e Valores Mobiliários	1.307.168,05	8.875.976,92	
Centralização Financeira - Conta Vinculada	1.307.168,05	7.222.086,23	
Vinculado a Prestação de Garantias	0,00	1.653.890,69	
Relações Interfinanceiras	2.936.876,63	676.841,34	
Centralização Financeira - Cooperativas	2.936.876,63	676.841,34	
Operações de Crédito	14.206.591,11	11.342.886,53	
Operações de Crédito	15.461.533,43	11.666.940,10	
(-) Provisão Operações Crédito Liq. Duvidosa	(1.254.942,32)	(324.053,57)	
Outros Créditos	254.551,12	121.610,71	
Rendas a Receber	24.045,58	18.198,05	
Diversos	302.425,32	148.585,23	
(-) Provisão Outros Crédito Liq. Duvidosa	(71.919,78)	(45.172,57)	
Outros Valores e Bens	914.067,16	190.663,46	
Outros Valores e Bens	763.373,15	162.935,71	
Despesas Antecipadas	150.694,01	27.727,75	
Não Circulante	25.007.113,32	12.460.256,50	
Realizável a Longo Prazo	23.649.256,66	11.463.327,84	
Títulos e Valores Mobiliários	9.074.545,65	0,00	
Centralização Financeira - Conta Vinculada	9.074.545,65	0,00	
Operações de Crédito	14.574.711,01	11.463.327,84	
Operações de Crédito	14.574.711,01	11.463.327,84	
Investimentos	591.935,50	397.463,50	
Outros Investimentos	591.135,00	396.663,00	
Outros	800,50	800,50	
Imobilizado de Uso	719.541,53	545.564,25	
Imóveis de uso	60.000,00	803.934,90	
Outras Imobilizações de Uso	1.050.840,23	0,00	
(-) Depreciações Acumuladas	(391.298,70)	(258.370,65)	
Diferido	38.118,35	45.382,91	
Gastos de Organização e Expansão	94.708,61	94.708,61	
(-) Amortização Acumulada	(56.590,26)	(49.325,70)	
Intangível	8.261,28	8.518,00	
Direitos de Uso	11.500,00	9.500,00	
(-) Amortização Acumulada	(3.238,72)	(982,00)	
Total do Ativo:	45.108.026,17	34.601.340,41	

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31/12/2014 e 31/12/2013

BALANÇO PATRIMONIAL

P A S S I V O

Descrição	31/12/2014	31/12/2013	Em Reais
Circulante	30.161.609,43	23.913.071,68	
Depósitos	27.461.995,07	19.842.383,75	
Depósitos a Vista	7.737.463,64	5.408.941,60	
Depósitos a Prazo	19.724.531,43	14.433.442,15	
Relações Interdependências	980,82	1.717,86	
Recursos em Trânsito	980,82	1.717,86	
Obrigações Por Empréstimos	97.928,81	1.648.335,62	
Empréstimos no País - Outras Instituições	97.928,81	1.648.335,62	
Obrigações Por Repasses do País	1.856.224,32	1.524.490,57	
Outras Instituições	1.856.224,32	1.524.490,57	
Outras Obrigações	744.480,41	896.143,88	
Cobrança e Arrecadação De Trib. e Assemelhados	4.573,80	10.149,41	
Sociais e Estatutárias	86.807,47	75.841,86	
Fiscais e Previdenciárias	74.160,63	47.060,63	
Diversas	578.938,51	763.091,98	
Não Circulante	9.685.939,14	6.747.374,31	
Exigível a Longo Prazo	9.685.939,14	6.747.374,31	
Depósitos	779.758,24	0,00	
Depósitos a Prazo	779.758,24	0,00	
Obrigações Por Empréstimos	506.337,10	0,00	
Empréstimos no País - Outras Instituições	506.337,10	0,00	
Obrigações Por Repasses do País	8.399.843,80	6.747.374,31	
Outras Instituições	8.399.843,80	6.747.374,31	
Patrimônio Líquido	5.260.477,60	3.940.894,42	
Capital Social	3.923.985,31	2.387.784,27	
Capital de Domiciliados	4.338.546,92	2.764.211,64	
(Capital a Realizar)	(414.561,61)	(376.427,37)	
Reserva de Sobras	569.497,61	1.027.553,48	
Reserva Legal	515.579,40	420.667,22	
Outras	53.918,21	606.886,26	
Sobras a Disposição da Assembleia	766.994,68	525.556,67	
Sobras Disposição da Assembleia no Ano	766.994,68	525.556,67	
Total do Passivo:	45.108.026,17	34.601.340,41	

Cândido Lucas Costa
Presidente

Camila Erika Nicolau
Técnica em Contabilidade
CRC-MG-071309/O-3-T-SC

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31/12/2014 e 31/12/2013

DEMONSTRAÇÃO DAS SOBRAS OU PERDAS

Em Reais

Descrição	2 Semestre 2014	31/12/2014	31/12/2013
1. Receitas de Intermediação Financeira	3.651.108,87	6.793.214,25	4.543.910,09
(+) Rendas Operações de Crédito	2.940.817,83	5.621.303,70	3.953.292,99
(+) Resultado Operações Títulos Valore Mobiliários	710.291,04	1.171.910,55	590.617,10
2. Despesas de Intermediação Financeiras	(2.484.099,00)	(3.893.702,06)	(1.529.528,68)
(-) Operações de Captação no Mercado	(1.168.784,90)	(1.998.161,10)	(937.294,87)
(-) Operações de Empréstimo e Repasse	(329.021,76)	(617.077,77)	(351.463,29)
(-) Provisão de Credito de liquidação Duvidosa	(986.292,34)	(1.278.463,19)	(240.770,52)
3. Resultado Bruto da Intermediação Financ (1+2)	1.167.009,87	2.899.512,19	3.014.381,41
4. Outras Receitas / Despesas Operacionais	(1.199.810,23)	(2.448.923,75)	(2.027.979,26)
(+) Receitas de Prestação de Serviços	265.456,90	462.297,32	308.140,53
(+) Rendas de Tarifas Bancárias	551.416,43	1.060.199,53	833.476,67
(+) Outras Receitas Operacionais	495.890,13	612.096,79	119.609,87
(-) Despesas de Pessoal	(1.045.273,66)	(1.901.646,07)	(1.373.633,60)
(-) Outras Despesas Administrativas	(1.316.246,00)	(2.402.294,37)	(1.681.149,10)
(-) Despesas Tributárias	(23.376,54)	(41.901,16)	(29.577,93)
(-) Outras Despesas Operacionais	(127.677,49)	(237.675,79)	(204.845,70)
5. Resultado Operacional (3+4)	(32.800,36)	450.588,44	986.402,15
6. Outros Resultados	7.490,67	14.824,51	9.933,59
7. Resultado Antes da Tributação Sobre Lucro (5+6)	(25.309,69)	465.412,95	996.335,74
Resultado com Associados	(32.800,36)	359.454,76	955.557,59
Resultado com Não Associados	0,00	100.909,70	38.280,49
Outros Resultados	7.490,67	5.048,49	2.497,66
8. Imposto De Renda e Contribuição Social	(18.897,12)	(32.203,72)	(12.428,24)
Provisão para Imposto de Renda	(9.257,60)	(15.775,12)	(6.183,29)
Provisão para Contribuição Social	(9.639,52)	(16.428,60)	(6.244,95)
9. Resultado Depois Trib. S/Lucro (7+8)	(44.206,81)	433.209,23	983.907,50
Resultado com Associados	0,00	359.454,76	955.557,59
Resultado com Não Associados	0,00	68.705,98	26.613,48
Outros Resultados	0,00	5.048,49	1.736,43
10. Sobras Liquidadas do Período (9)	(44.206,81)	433.209,23	983.907,50

Cândido Lucas Costa
Presidente

Camila Erika Nicolau
Técnica em Contabilidade
CRC-MG-071309/O-3-T-SC

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31/12/2014 e 31/12/2013

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em Reais

Eventos	Capital Social	Reservas		Sobras a Disposição da AGO	Total
		Legal	Fundo de Estabilidade		
SALDO EM 31/12/2012	1.776.076,83	180.041,39	187.152,04	276.400,58	2.419.670,84
MUTAÇÕES EM 2013	611.707,44	240.625,83	419.734,22	249.156,09	1.521.223,58
Integralização de Capital	816.335,24	0,00	0,00	0,00	816.335,24
Devolução de Capital	(204.627,80)	0,00	0,00	0,00	(204.627,80)
Incorporação das Sobras	0,00	0,00	276.400,58	(276.400,58)	0,00
Resultado Cooperado	0,00	0,00	0,00	955.557,59	955.557,59
Resultado Não Cooperado	0,00	0,00	0,00	26.613,48	26.613,48
Outros Resultados	0,00	0,00	0,00	1.736,43	1.736,43
Destinações	0,00	238.889,40	143.333,64	(382.223,04)	0,00
Dest. Outros Resultados	0,00	1.736,43	0,00	(1.736,43)	0,00
Fates Ato Não Cooperado	0,00	0,00	0,00	(26.613,48)	(26.613,48)
Fates Ato Cooperado	0,00	0,00	0,00	(47.777,88)	(47.777,88)
SALDO EM 31/12/2013	2.387.784,27	420.667,22	606.886,26	525.556,67	3.940.894,42
MUTAÇÕES EM 2014	1.536.201,04	94.912,18	(552.968,05)	241.438,01	1.319.583,18
Integralização de Capital	1.098.950,25	0,00	0,00	0,00	1.098.950,25
Devolução de Capital	(88.305,88)	0,00	0,00	0,00	(88.305,88)
Incorporação das Sobras	525.556,67	0,00	0,00	(525.556,67)	0,00
Reversão de Reserva	0,00	0,00	(37.591,70)	0,00	(37.591,70)
Reversão Conforme Instrução BACEN	0,00	0,00	(569.294,56)	569.294,56	0,00
Resultado Cooperado	0,00	0,00	0,00	359.454,76	359.454,76
Resultado Não Cooperado	0,00	0,00	0,00	68.705,98	68.705,98
Outros Resultados	0,00	0,00	0,00	5.048,49	5.048,49
Destinações	0,00	89.863,69	53.918,21	(143.781,90)	0,00
Destinação Outros Resultados	0,00	5.048,49	0,00	(5.048,49)	0,00
Fates Ato Não Cooperado	0,00	0,00	0,00	(68.705,98)	(68.705,98)
Fates Ato Cooperado	0,00	0,00	0,00	(17.972,74)	(17.972,74)
SALDO EM 31/12/2014	3.923.985,31	515.579,40	53.918,21	766.994,68	5.260.477,60

Cândido Lucas Costa
Presidente

Camila Erika Nicolau
Técnica em Contabilidade
CRC-MG-071309/O-3-T-SC

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31/12/2014 e 31/12/2013

DEMONSTRATIVO DO FLUXO DE CAIXA

	Em Reais	
Descrição	31/12/2014	31/12/2013
1 - Sobras Líquidas Antes da Tributação e Destinação	465.412,95	996.335,74
Resultado do Exercício	465.412,95	996.335,74
2 - Ajuste Por	(707.381,65)	(10.276.463,92)
Depreciação / Amortização	142.449,33	71.326,08
(Aumento) ou Diminuição dos Tit. e Valores Mobil. Acima 90 Dias	(2.265.368,17)	(7.857.814,03)
(Aumento) ou Diminuição das Operações de Créditos	(5.975.087,75)	(9.820.745,01)
(Aumento) ou Diminuição das Outros Créditos	(132.940,41)	37.046,64
(Aumento) ou Diminuição dos Outros Valores e Bens	(723.403,70)	(3.171,86)
(Diminuição) ou Aumento em Depósitos	8.399.369,56	7.192.967,18
(Diminuição) ou Aumento em Relações Interdependentes	(737,04)	1.666,88
(Diminuição) ou Aumento em Outras Obrigações	(151.663,47)	102.260,20
3 - Caixa Proveniente das Operações (1+2)	(241.968,70)	(9.280.128,18)
4 - Tributação do Resultado Antes da Destinação das Reservas	(32.203,72)	(12.428,24)
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(32.203,72)	(12.428,24)
5 - Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operac. (3+4)	(274.172,42)	(9.292.556,42)
6 - Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento	382.996,62	87.336,67
Investimentos	(194.472,00)	(95.067,00)
Ativo Imobilizado / Diferido	(308.905,33)	(354.912,41)
Integralização de Capital	1.098.950,25	816.335,24
Fates	(68.705,98)	(47.777,88)
Fates Não Associados	(17.972,74)	(26.613,48)
Devolução de Capital	(88.305,88)	(204.627,80)
Reversão de Reserva	(37.591,70)	0,00
7 - Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento	940.133,53	4.644.873,47
(Diminuição) ou Aumento em Obrigações Por Empréstimos	(1.044.069,71)	516.096,21
(Diminuição) ou Aumento em Obrigações por Repasses no País	1.984.203,24	4.128.777,26
8 - Variação no Caixa (5+6+7)	1.048.957,73	(4.560.346,28)
Aumento Líquido de Caixa e Equivalente de Caixa	1.048.957,73	(4.560.346,28)
Caixa e Equivalente de Caixa no Início do Período	2.628.109,18	7.188.455,46
Caixa e Equivalente de Caixa no Fim do Período	3.677.066,91	2.628.109,18

Cândido Lucas Costa
Presidente

Camila Erika Nicolau
Técnica em Contabilidade
CRC-MG-071309/O-3-T-SC

NOTAS EXPLICATIVAS SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA O PERÍODO
FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

NOTA 01 – DA COOPERATIVA E SEUS OBJETIVOS

A **COOPERATIVA DE CRÉDITO RURAL DO PLANALTO SUL – SICOOB/SC CREDISSERRANA**, instituição financeira não bancária, de direito privado, regida pela legislação do Sistema Cooperativo do Brasil, Lei 5.764/71, Lei 4.595/64 que criou o Sistema Financeiro e Resolução 3859 do Conselho Monetário Nacional. Têm por objetivo propiciar, através da mutualidade, a assistência financeira e prestação de serviços, tipicamente bancários, aos associados.

NOTA 02 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente aquelas aplicáveis às entidades cooperativas, a Lei do cooperativismo nº 5.764/71, a Lei Complementar 130/09, normas e instruções do Banco Central do Brasil - BACEN e apresentadas conforme o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações contábeis estão definidas a seguir:

a) Apuração do Resultado

As Receitas e Despesas são apropriadas mensalmente, pelo regime de competência, em cumprimento a normas de contabilidade e normas do BACEN.

b) Operações Ativas e Passivas

As operações Ativas e Passivas com encargos pós-fixados são registradas pelo valor principal, com acréscimo dos respectivos encargos pactuado inclusive atualização monetária, observada a periodicidade da capitalização contratual. Aqueles com encargo financeiro prefixado estão registrados a valor futuro, retificado por contas de rendas a apropriar ou despesas a apropriar, em contas de subgrupos internos em conformidade ao previsto no COSIF 1.1.10.6.

c) Provisão Para Operações de Crédito

Foi constituída com base nos parâmetros das Resoluções 2.682/99, levando-se em consideração o risco da operação, com base nos critérios de consistência, realizações e informações internas e externas.

d) Ativo Imobilizado

Estão demonstrados ao custo de aquisição e corrigidos monetariamente até 31/12/1995, conforme estabelece Lei 9.249/95, deduzido conforme o caso as provisões para perdas nos investimentos e depreciação/amortização para os imobilizados e diferidos.

As depreciações e amortizações são calculadas pelo método linear com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado, levando em conta as seguintes taxas anuais:

* Instalações, móveis e equipamentos de uso	- 10% a.a
* Sistema de transporte e equipamentos de Proc.de Dados	- 20% a.a

NOTA 03 – TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Os Títulos e Valores Mobiliários são avaliados ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidos de eventuais provisões para desvalorização, quando aplicável.

Tipo de Aplicação	Curto Prazo	Longo Prazo	Total	Em Reais
Livres Títulos de Renda Fixa RDC	1.307.168,05	9.074.545,65	10.381.713,70	
Totais	1.307.168,05	9.074.545,65	10.381.713,70	

NOTA 04 – RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS

Atendendo ao estabelecido na Circular 3.238/04 do Bacen, foi contabilizado no subgrupo Centralização Financeira – Cooperativas, do grupo relações interfinanceiras, referente à disponibilidade financeira da cooperativa, proveniente do saldo mantido em conta de depósito junto a Cooperativa Central de Crédito de Santa Catarina.

Tipo de Aplicação	Total	Em Reais
Centralização Financeira – Cooperativas	2.936.876,63	
Total	2.936.876,63	

NOTA 05 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO

a) Por Atividade Econômica:

Tipo de Atividade	Total	Em Reais
Comércio	4.375.329,56	
Indústria	18.282,13	
Pessoa Física	20.130.343,56	
Servicos	5.620.938,62	
TOTAL	30.144.893,87	

b) Por Vencimento:

Prazos	Operações de Crédito	Em Reais
Vencidas	259.520,68	
A Vencer até 180 dias	3.173.755,38	
A Vencer de 181 à 360 dias	12.136.906,80	
A Vencer acima 360 dias	14.574.711,01	
Total	30.144.893,87	

c) Oscilação do Prejuízo:

Tipo	Em Reais
Levados a Prejuízos no Ano	319.217,88
Recuperados de Prejuízos	(203.272,22)
Saldo do Ano	115.945,66

NOTA 06 – PROVISÕES PARA OPERAÇÕES DE CRÉDITO

De conformidade com as Resoluções nº 2.682/99 e 2.697/00, está sendo procedida a Provisão para operações de Créditos, observado os aspectos definidos para dimensionamento do volume necessário de provisão. Na forma que estabelece o citado instrumento, a seguir demonstramos o volume de recursos, conforme nível de risco.

Nível de Provisão	Operações Normais	Atraso até 14 Dias	Atraso Igual ou Superior a 15 Dias	Total de Operações	Provisão
AA	283.340,68	0,00	0,00	283.340,68	0,00
A	25.138.802,33	27.976,58	0,00	25.166.778,91	(115.105,06)
B	3.473.052,09	7.858,59	34.067,25	3.514.977,93	(35.071,35)
C	232.101,93	3.750,27	12.480,95	248.333,15	(14.954,69)
D	297.164,68	1.377,95	25.118,77	323.661,40	(71.849,51)
E	171.268,74	2.495,92	26.051,91	199.816,57	(196.382,76)
F	75.112,30	2,53	1.697,49	76.812,32	(490.108,07)
G	37.829,97	0,00	14.338,34	52.168,31	(52.466,27)
H	176.700,47	2.187,48	100.116,65	279.004,60	(279.004,60)
TOTAL	29.885.373,19	45.649,32	213.871,36	30.144.893,87	(1.254.942,31)

NOTA 07 – OUTROS CRÉDITOS

Descrição	Em Reais
Rendas a Receber	TOTAL
· Serviços Prestados a Receber	1.584,79
· Outras Rendas a Receber	22.460,79
Diversos	
· Adiantamentos e Antecipações	17.503,83
· Adiantamentos de Nossa Conta	14.421,56
· Devedores por Compra de Valores e Bens	108.649,43
· Impostos e Contribuições a Compensar	453,63
· Títulos e Créditos a Receber	70.351,46
· Devedores Diversos - País	91.045,41
· (-) Provisão Para Outros Créditos	(71.919,78)
Total	254.551,12

NOTA 08 – OUTROS VALORES E BENS

	Em Reais
Descrição	TOTAL
Outros Valores e Bens	
· Imóveis	661.742,82
· Veículos e Afins	81.508,37
· Almoxarifado	20.121,96
Diversos	
· Prêmios de Seguros	17.816,47
· Aluguéis	65.712,22
· Assinatura de Periódicos	35,80
· Manutenção e Conservação	41.716,49
· Vale Refeição e Alimentação	21.924,60
· Outros	3.488,43
Total	914.067,16

NOTA 09 – INVESTIMENTOS

	Em Reais			
Investida	Tipo	Quantidade	Valor Atual Investido	% No Capital da Investida
Sicoob Central – SC	Cotas Partes	197.045	591.135,00	0,404712%
Outras			800,50	
Total			591.935,50	

NOTA 10 – IMOBILIZADO DE USO

	Em Reais		
Discriminação	Valor Acumulado	Depreciação Acumulada	Residual
Terrenos	60.000,00	0,00	60.000,00
Instalações	64.149,62	(7.474,17)	56.675,45
Móveis e Equipamentos	256.630,82	(80.115,18)	176.515,64
Sistema de Comunicação	29.417,14	(11.416,67)	18.000,47
Processamento de Dados	401.369,50	(182.561,10)	218.808,40
Sistema de Segurança	81.983,84	(35.476,12)	46.507,72
Sistema de Transportes	217.289,31	(74.255,46)	143.033,85
Total	1.110.840,23	(391.298,70)	719.541,53

NOTA 11 – DIFERIDO

	Em Reais		
Discriminação	Valor Acumulado	Amortização Acumulada	Residual
Benfeitorias	22.506,81	(18.516,57)	3.990,24
Programas de Computador	10.367,07	(9.569,37)	797,70
Instalações e Adaptações	61.834,73	(28.504,32)	33.330,41
Total	94.708,61	(56.590,26)	38.118,35

NOTA 12 – INTANGIVEL

Em Reais			
Discriminação	Valor Acumulado	Amortização Acumulada	Residual
Direito de Uso	11.500,00	(3.238,72)	8.261,28
Total	11.500,00	(3.238,72)	8.261,28

NOTA 13 – OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES

Compostas, substancialmente, por recursos captados em outras Instituições Financeiras, repassando aos associados, sujeitos à correção de encargos como segue:

a) Empréstimos e repasse:

Instituições	Finalidade	Vencimento	Valor		Total
			Curto Prazo	Longo Prazo	
Sicoob Central	Giro	Diversos	97.928,81	506.337,10	604.265,91
Bancoob	Repasso	Diversos	1.661.130,43	8.320.255,57	9.981.386
HSBC	Giro	Diversos	195.093,89	79.588,23	274.682,12
Total			1.954.153,13	8.906.180,9	10.860.334,03

As obrigações são atualizadas com variações de juros entre 0,08% a.m mais TR até 6,75% a.a.

NOTA 14 – OUTRAS OBRIGAÇÕES

Descrição		TOTAL
Cobrança e Arrec. de Tributos e Assemelhados		4.573,80
Sociais e Estatutárias		86.807,47
Fiscais e Previdenciárias		74.160,63
Diversos		
· Cheques Administrativos		79.000,00
· Obrigação Prestação de Serviço		17.991,21
· Despesas de Pessoal		164.759,99
· Outras Despesas Administrativas		229.285,47
· Outros Pagamentos		36.555,23
· Credores Diversos – País		51.346,61
Total		744.480,41

NOTA 15 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO
a) Capital Social

O Capital Social está representado pela participação de 4.699 (quatro mil, seiscentos e noventa e nove) associados, atingindo o montante de R\$ 3.923.985,31 (três milhões novecentos e vinte e três mil novecentos e oitenta e cinco reais e trinta e um centavos).

b) Das Reservas

b.1) Fundo de Estabilidade Financeira – F.E.F.

Constituído de acordo com o previsto em regulamento próprio, o fundo de estabilidade financeira, tem como objetivo suprir eventuais obrigações financeiras no caso de perda de receitas. Está contabilizado no subgrupo “Outras” do grupo “Reservas Estatutárias”, o valor de R\$ 53.918,21 (cinquenta e três mil, novecentos e dezoito reais e vinte e um centavos).

b.2) Fundo de Reserva Legal

Constituído de acordo com o previsto na Lei 5.764/71 e no Estatuto Social. Está contabilizado no subgrupo “Reserva Legal” do grupo “Reserva de Sobras”, o valor de R\$ 515.579,40 (quinhentos e quinze mil quinhentos e setenta e nove reais e quarenta centavos).

c) Do Resultado do Exercício

Descrição	Em Reais
Resultado Depois da Tributação Sobre Lucro	433.209,23
Resultado com Associados	359.454,76
Resultado com Não Associados	68.705,98
Resultado Não Operacional	5.048,49
Destinações Estatutárias	(235.509,11)
(-) Destinação Outros Resultados Para Reserva	(5.048,49)
(-) Fates Resultado com Não Associados	(68.705,98)
(-) Fates Resultado com Associados	(17.972,74)
(-) Reserva Legal	(89.863,69)
(-) Fundo de Estabilidade Financeira FEF	(53.918,21)
Sobras a Disposição da AGO	197.700,12

NOTA 16 – DA TRIBUTAÇÃO DOS RESULTADOS

a) Com Atos Cooperativos

Sendo nosso objetivo social regulamentado pela Lei 5.764/71, e possuirmos operações, ativas e passivas somente com associados, procedemos aos cálculos de tributação de Imposto e Contribuição, conforme prevê o artigo 182 do Decreto 3.000/99 – Regulamento do Imposto de Renda – RIR e artigo 30 da Lei 11.051/04 – PIS e COFINS.

b) Com Atos Não Cooperativos

As receitas apuradas com prestação de serviços a não associados, prevista no artigo 86 da Lei 5.764/71, estão sendo tributadas conforme determina o artigo 183 do Decreto 3.000/99 e Lei 8.212/91.

NOTA 17 – RESUMO DA DESCRIÇÃO DA ESTRUTURA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS DO SISTEMA DE COOPERATIVAS DE CRÉDITO DO BRASIL – SICOOB**a) Risco Operacional**

O gerenciamento do risco operacional da **COOPERATIVA DE CRÉDITO RURAL DO PLANALTO SUL – SICOOB/SC CREDISSERRANA**, objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar o risco operacional, por meio da adoção de boas práticas de gestão de riscos, na forma instruída na Resolução CMN 3.380/2006.

Conforme preceitua o artigo 11 da Resolução CMN 3.721/2009, a **COOPERATIVA DE CRÉDITO RURAL DO PLANALTO SUL – SICOOB/SC CREDISSERRANA**, aderiu à estrutura única de gestão do risco operacional do Sicoob, centralizada na Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob Ltda. (Sicoob Confederação), a qual encontra-se evidenciada em relatório disponível no sítio www.sicoob.com.br.

O processo de gerenciamento do risco operacional do Sicoob consiste na avaliação qualitativa dos riscos objetivando a melhoria contínua dos processos.

O uso da Lista de Verificação de Conformidade (LVC) tem por objetivo identificar situações de risco de não conformidade, que após identificadas são cadastradas no Sistema de Controles Internos e Riscos Operacionais (Scir).

As informações cadastradas no Sistema de Controles Internos e Riscos Operacionais (Scir) são mantidas em banco de dados fornecido pelo Sicoob Confederação.

A documentação que evidencia a efetividade, a tempestividade e a conformidade das ações para tratamento dos riscos operacionais, bem como as informações referentes às perdas associadas ao risco operacional são registradas e mantidas em cada entidade do Sicoob, sob a supervisão da respectiva entidade auditora (se cooperativa singular, da cooperativa central; se cooperativa central e Bancoob, do Sicoob Confederação).

Para as situações de risco identificadas são estabelecidos planos de ação, com a aprovação da Diretoria Executiva, que são registrados em sistema próprio para acompanhamento, pelo Agente de Controles Internos e Riscos (ACIR).

Não obstante a centralização do gerenciamento do risco operacional, a **COOPERATIVA DE CRÉDITO RURAL DO PLANALTO SUL – SICOOB/SC CREDISSERRANA**, possui estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e é proporcional à dimensão da exposição ao risco operacional.

b) Risco de Mercado e de Liquidez

O gerenciamento do risco de mercado e de liquidez da **COOPERATIVA DE CRÉDITO RURAL DO PLANALTO SUL – SICOOB/SC CREDISSERRANA**, objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar o risco de mercado, por meio das boas práticas de gestão de riscos, na forma instruída na Resolução CMN 3.464/2007 e 4.090/2012.

Conforme preceitua o artigo 11 da Resolução CMN 3.721/2009, a **COOPERATIVA DE CRÉDITO RURAL DO PLANALTO SUL – SICOOB/SC CREDISSERRANA**, aderiu à estrutura única de gestão do risco de mercado e de liquidez do Sicoob,

centralizada no Banco Cooperativo do Brasil S.A. (Bancoob), que pode ser evidenciada em relatório disponível no sítio www.sicoob.com.br.

No gerenciamento do risco de mercado são adotados procedimentos padronizados de identificação de fatores de risco, de classificação da carteira de negociação (*trading*) e não negociação (*banking*), de mensuração do risco de mercado de estabelecimento de limites de risco, de testes de *stress* e de aderência do modelo de mensuração de risco (*backtesting*).

No gerenciamento do risco de liquidez são adotados procedimentos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez, limite mínimo de liquidez, fluxo de caixa projetado, testes de *stress* e planos de contingência.

Não obstante a centralização do gerenciamento do risco de mercado e de liquidez, a **COOPERATIVA DE CRÉDITO RURAL DO PLANALTO SUL – SICOOB/SC CREDISSERRANA**, possui estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição de risco de mercado da entidade.

c) **Risco de Crédito**

O gerenciamento de risco de crédito da **COOPERATIVA DE CRÉDITO RURAL DO PLANALTO SUL – SICOOB/SC CREDISSERRANA** objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

Conforme preceitua o artigo 10 da Resolução CMN 3.721/2009, a **COOPERATIVA DE CRÉDITO RURAL DO PLANALTO SUL – SICOOB/SC CREDISSERRANA** aderiu à estrutura única de gestão do risco de crédito do Sicoob, centralizada no Banco Cooperativo do Brasil S.A. (Bancoob), a qual encontra-se evidenciada em relatório disponível no sítio www.sicoob.com.br.

Compete ao gestor a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, de criação e de manutenção de política única de risco de crédito para o Sicoob, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.

Não obstante a centralização do gerenciamento de risco de crédito, a **COOPERATIVA DE CRÉDITO RURAL DO PLANALTO SUL – SICOOB/SC CREDISSERRANA** possui estrutura compatível com a natureza das operações, com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição ao risco de crédito da entidade.

NOTA 18 – RESUMO DA DESCRIÇÃO DA ESTRUTURA DE GERENCIAMENTO DE CAPITAL DO SISTEMA DE COOPERATIVAS DE CRÉDITO DO BRASIL – SICOOB.

A estrutura de gerenciamento de capital da **COOPERATIVA DE CRÉDITO RURAL DO PLANALTO SUL – SICOOB/SC CREDISSERRANA** objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar o risco de insuficiência de capital para fazer face aos riscos em que a entidade está exposta, por meio das boas práticas de gestão de capital, na forma instruída na Resolução CMN 3.988/2011.

Conforme preceitua o artigo 9º da Resolução CMN 3.988/2011, a **COOPERATIVA**

DE CRÉDITO RURAL DO PLANALTO SUL – SICOOB/SC CREDISSERRANA
aderiu à estrutura única de gerenciamento de capital do Sicoob, centralizada na Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob Ltda. (Sicoob Confederação), a qual encontra-se evidenciada em relatório disponível no sítio www.sicoob.com.br.

O gerenciamento de capital centralizado consiste em um processo contínuo de monitoramento do capital, e é realizado pelas entidades do Sicoob com objetivo de:

- a) Avaliar a necessidade de capital para fazer face aos riscos a que as entidades do Sicoob estão sujeitas;
- b) Planejar metas e necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos das entidades do Sicoob;
- c) Adotar postura prospectiva, antecipando a necessidade de capital decorrente de possíveis mudanças nas condições de mercado.

Adicionalmente, são realizadas também simulações de eventos severos em condições extremas de mercado, com a consequente avaliação de seus impactos no capital das entidades do Sicoob.

Lages (SC), 31 de dezembro de 2014.

Cândido Lucas Costa
Presidente

Camila Erika Nicolau
Técnica em Contabilidade
CRC-MG-071309/O-3-T-SC